

EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO NOS DOCUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

ÁLISSON CAIO ABRANTES DE MESQUITA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFERSA

THAISEANY DE FREITAS RÊGO

Introdução

Segundo Bilert, Lingnau e Oliveira (2014), é por meio dos documentos de organização institucional, que a universidade consegue apontar as diretrizes e metas de curto, médio e longo prazo, principalmente por terem o papel de indicar qual o posicionamento da instituição quanto a inserção da temática da EDS.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Esse trabalho se orienta pela questão: Os documentos de organização institucional apresentam alguma previsão teórica e prática sobre a questão da “Educação para o desenvolvimento sustentável”? Objetivo: avaliar se os documentos de organização institucional apresentam alguma previsão teórica e prática sobre a questão da “Educação para o desenvolvimento sustentável”.

Fundamentação Teórica

2.1 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2.2 INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Metodologia

A estratégia documental faz-se necessária, em razão da necessidade de conhecer se existe alguma previsão institucional quanto a adoção da EDS como uma ação capaz de promover o DS. Para tanto, a leitura atenta, cuidadosa e sistematizada dos documentos de organização institucional (PDI, PLS, PPI, PPC), da UFRN, se mostra importante, tendo em vista que esses são instrumentos de fonte secundária essenciais para compreender quais as perspectivas formativas da instituição e do curso objeto de estudo.

Análise dos Resultados

Com o intuito de avaliar se os documentos de organização institucional apresentam alguma previsão teórica e prática sobre a questão da “Educação para o desenvolvimento sustentável”, realizou-se uma análise sistemática do PDI, PPI, PLS e PPC. Nesse sentido, ao se avaliar as 17 metas da EDS, os dados apontam que todos os documentos tratam sobre os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 e 4, ou seja, abordam elementos relacionados a questão do fornecimento de “saúde de qualidade” e “educação de qualidade”.

Conclusão

Os dados coletados apontam que os documentos institucionais possuem uma abordagem superficial no tocante a temática da EDS.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, E. R. P. Ensino superior no Brasil: entre o estado e o mercado. 2011. 217 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. BARRETO, L. F. B. P. Análise de políticas públicas para educação superior no Brasil: uma aplicação de dinâmica de sistemas. 2017. 184 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Palavras Chave

Educação para o desenvolvimento sustentável. , Formação em Administração., Documentos de organização institucional.

EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO NOS DOCUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

RESUMO

O presente estudo objetiva avaliar se os documentos de organização institucional apresentam alguma previsão teórica e prática sobre a questão da “Educação para o desenvolvimento sustentável”. Para tanto, procedeu com a análise cuidadosa e sistematizada do Plano de desenvolvimento institucional, Projeto pedagógico institucional, Plano de logística sustentável e Projeto pedagógico de curso, sendo esse último dos cursos de graduação e pós-graduação em Administração. Ante ao exposto, os dados coletados apontam que os documentos institucionais possuem uma abordagem superficial no tocante a temática da EDS.

Palavras-chaves: Educação para o desenvolvimento sustentável. Formação em Administração. Documentos de organização institucional.

1 INTRODUÇÃO

Cunha (2011) e Rodrigues (2011) apontam que a criação da primeira universidade brasileira, ocorreu no ano de 1920, no Estado do Rio de Janeiro, reunindo Escolas Politécnicas. Essas escolas iniciaram suas atividades no século XVIII, com a chegada da Família Real Portuguesa e tinha o propósito de oferecer cursos que atendiam as demandas burocráticas, além de outros direcionados a formação de Engenheiros, Médicos, Advogados e Agrônomos. Atualmente, a formação em nível superior é regida pela Lei nº 9.394/1996, que trata da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e outros instrumentos complementares que regularizam o ensino em todos os níveis de formação (ALENCAR, 2011).

As universidades, responsáveis pela formação em nível superior, iniciaram as suas primeiras discussões a respeito da “Educação para o desenvolvimento sustentável” (EDS) nos anos 70. Nesse momento, essas instituições também começaram a tratar sobre o Desenvolvimento sustentável (DS), o colocando como ponto de pauta que deveria ser observado pelos egressos, quando estivessem atuando em sua área de formação. Quando se trata da formação na área de negócios, os cursos de Administração se destacam por prepararem seus egressos para atuar como tomadores de decisão capazes de deliberar sobre as práticas e políticas organizacionais (TAUCHEN, 2007; TERMIGNONI, 2012).

Quando se trata do DS e da EDS, os pilares ou eixos social, ambiental e econômico devem estar lado a lado, de modo a viabilizar o desenvolvimento de práticas de sustentabilidade nas IES. A previsão dessas ações deve estar expressa nos documentos de organização institucional, focando tanto na questão da responsabilidade social, quanto no respeito ao meio ambiente e na eficiência no uso dos recursos financeiros (MACHADO *et al.*, 2016). Nesse sentido, deve haver uma maior preocupação com o bem-estar daqueles que compõem as IES, assim como, com sua relação com o ambiente natural e o desempenho econômico.

No Estado do Rio Grande do Norte (RN), destaca-se que há 32 (trinta e dois) IES ativas, distribuídas nas mais diversas regiões, dentre elas a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que possui Conceito institucional (CI) 5, segundo dados do Ministério da Educação (e-MEC, 2011) e está no *ranking* das melhores IES do Mundo (BIERNATH, 2022). Segundo Baumgartner (2015), além da presença de uma IES impulsionar o processo formativo oferecido na região, ela também estimula o desenvolvimento econômico, cultural e social, como já destacava Cunha (2011). Isso, porque,

além de movimentar a economia local, também permite uma maior aproximação dos municípios e discentes que frequentam a instituição, com a cultura de outras regiões.

Ante ao exposto, destaca-se que as universidades elaboram instrumentos de organização institucional como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Logística Sustentável (PLS) e o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), de modo a apontar quais as perspectivas que desejam atender em termos de formação. A Constituição Federal (CF) de 1988 destaca que as universidades detêm autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e que suas práticas devem estar expressas documentalmente.

Segundo Bilert, Lingnau e Oliveira (2014), é por meio dos documentos de organização institucional, que a universidade consegue apontar as diretrizes e metas de curto, médio e longo prazo, principalmente por terem o papel de indicar qual o posicionamento da instituição quanto a inserção da temática da EDS. Diante disso, esse trabalho se orienta pela questão: **Os documentos de organização institucional apresentam alguma previsão teórica e prática sobre a questão da “Educação para o desenvolvimento sustentável”?**

Em se tratando da incorporação da EDS na formação do Administrador, deve-se ter o cuidado com a forma como essa temática é abordada no ambiente de sala de aula. Essa preocupação já é abordada na Resolução nº 4/2005, do MEC, devendo ser trabalhada de forma transversal e interdisciplinar no processo formativo dos indivíduos. Assim, se propõe a avaliar se os documentos de organização institucional apresentam alguma previsão teórica e prática sobre a questão da “Educação para o desenvolvimento sustentável”.

Ao avaliar os documentos de organização institucional torna-se possível fazer um diagnóstico sobre a situação da instituição e dos cursos de graduação e pós-graduação em Administração, no que concerne a EDS. Ademais, com esse estudo pode-se observar quais aspectos da sustentabilidade já estão em prática, mesmo que de forma arcaica ou sem intenção, bem como dar um norte sobre o que precisa ser pensado para promover uma efetiva EDS. Isso, porque, ao se avaliar os aspectos sociais, ambientais e econômicos esperados, pode-se reunir os elementos necessários para direcionar o processo formativo dos egressos, bem como alinhar as estratégias institucionais a lógica do DS.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As primeiras discussões a respeito da sustentabilidade, surgiu em meados do século XX, mas somente nos anos 70 é que o termo Educação para Sustentabilidade (EpS) começou a ser abordado de forma efetiva (THOMAS; KYLE; ALVAREZ, 1999; LIMA, 2003; WRIGHT, 2004). No entanto, os primeiros documentos criados, no âmbito internacional, foram publicizados nos anos 90, como ilustrado no Quadro 1. Nessa época, a sustentabilidade passou a ser abordada como um ponto importante para garantir a continuidade do negócio e manter boas relações da empresa com a sociedade e o ambiente natural.

Quadro 1 – Principais documentos publicados a respeito da sustentabilidade e EpS

Ano	Relatório/Declaração/Protocolo
1972	<i>The Stockholm Declaration on the Human Environment</i>
1977	Declaração Tbilíssi
1987	Relatório <i>Brundtland</i>
1990	Declaração <i>Talloires da University Leaders for a Sustainable Future</i>
1992	Conferência das Nações Unidas e seus desdobramentos: Capítulo 36 da Agenda 21 sobre a Promoção da Educação, Ensino e Conscientização Pública e a Declaração de Kyoto

1993	<i>Swansea Declaration of the Association of Commonwealth Universities</i>
1997	Declaração Thessaloniki – conferência internacional sobre ambiente e sociedade: educação e conscientização pública para a sustentabilidade

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Segundo Farias, Coelho e Coelho (2019, p. 798), a EpS é uma “[...] maneira de operacionalizar a transposição do discurso para a prática e ressalta o quão relevante é o papel da educação na construção de uma sociedade sustentável, consciente da importância que as ações de hoje têm para o futuro”. Nesse sentido, compreende-se que esse é um instrumento de mudanças a ser observado no Mundo contemporâneo, uma vez que auxilia os indivíduos a pensarem de forma crítica sobre suas relações com o ambiente natural. Para Huckle (2014), a tecnologia, assim como a adoção de um sistema econômico, cultural, político e legal focados no bem-estar, tendem a promover a sustentabilidade e quando tudo isso está incluído no processo de ensino-aprendizagem, permite formar profissionais capacitados para a resolução de situações-problema.

Ante ao exposto, salienta-se que ao se buscar estudos nacionais a respeito da EpS, observa-se que as publicações focam mais na questão da EA e na EDS. No entanto, cabe frisar que embora as pesquisas remetam a esses pontos, o conceito de EpS é diferente de EA, ao passo em que a EpS se aproxima, ainda que de forma tímida, a compreensão da EDS (SOUZA; RÊGO; GIESTA-CABRAL, 2019). Segundo Teixeira (2007) o conceito de EA, como é observado atualmente, engloba um conjunto de ações práticas e teóricas voltadas a compreensão e a percepção dos indivíduos quanto a preservação do ambiente natural.

2.2 INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 207, destaca que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Nessa perspectiva, compreende-se que as universidades têm total liberdade para gerenciar suas atividades, de acordo com seus preceitos e perfil formativo que deseja oferecer. A LDB, Lei nº 9.394/1996, reforça esse entendimento no art. 54, ao destacar a questão da autonomia universitária.

Em razão das universidades terem autonomia, destaca-se que elas podem construir e publicar normativas que auxiliem a gestão no gerenciamento de suas atividades administrativas, bem como as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Logo, essas instituições constroem instrumentos de organização institucional, com a finalidade de estabelecer estratégias de curto, médio e longo prazo. Dentre os principais documentos elaborados, destacam-se aqueles apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Documentos de organização institucional

Documentos	Finalidade
PDI	Estabelecer a missão, metas, objetivos, estratégias, diretrizes pedagógicas e a estrutura organizacional de uma universidade (BILERT; LINGNAU; OLIVEIRA, 2014).
PLS	Indicar quais as diretrizes, critérios e práticas institucionais que possam promover o DS nas repartições federais (BRASIL, 2012).
PPI	Definir a perspectiva científica e pedagógica das universidades (HAAS, 2010).
PPC	Apontar como os cursos desejam formar seus egressos, por meio da apresentação de diretrizes, filosofias e pressupostos pedagógicos (HAAS, 2010).

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Em termos gerais, os documentos de organização institucional são instrumentos estratégicos que direcionam suas ações em favor do objetivo da IES e o perfil formativo que deseja oferecer. Nessa conjuntura, conforme apontam Bertoldi (2006) e Francisco *et al.* (2012), eles devem pautar todos os demais instrumentos de gestão, ensino, pesquisa e extensão. O PDI, por exemplo, configura-se como um documento “[...] que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver” (BRASIL, 2004).

Ante ao exposto, destaca-se que o PDI além de ser um instrumento que estabelece missão, metas, objetivos, estratégias, diretrizes pedagógicas e estrutura organizacional, ele também expressa a forma como a Região e a Nação conhece o rumo, as perspectivas e as oportunidades que a universidade oferece aos seus futuros egressos (BILERT; LINGNAU; OLIVEIRA, 2014). O PDI é um instrumento regulamentado pela Lei nº 10.861/2004, e previsto tanto no Decreto nº 5.773/2006, como na Portaria do MEC nº 40/2007. Para Muriel (2006) esse instrumento contempla uma programação institucional, que auxilia no crescimento e fortalecimento da instituição.

Complementando, Cardoso (2006) relembra que os primeiros PDI construídos pelas universidades apenas satisfaziam os aspectos legais, sendo utilizado como um instrumento de controle e avaliação institucional. Com o aumento no número de IES e cursos oferecidos, o MEC passou a dar um novo olhar a esse documento, o colocando como uma ferramenta orientada para a gestão. Com isso, compreende-se que esse documento permite traçar um horizonte para a IES, que articula as políticas institucionais as demandas do ambiente.

O PLS foi instituído na IES por meio do Decreto nº 7.746, 05 de junho de 2012, com o propósito de estabelecer diretrizes, critérios e práticas que garantam o desenvolvimento sustentável nas repartições federais (BRASIL, 2012). A inserção do PLS nas IES tem o intuito de promover o desenvolvimento de ações ou práticas institucionais mais sustentáveis (FRANCO *et al.*, 2017). Para tanto, abarca temas relacionados a: (i) material de consumo; (ii) energia elétrica; (iii) água e esgoto; (iv) coleta seletiva; (v) qualidade de vida no ambiente de trabalho; (vi) compras e contratações sustentáveis, e (vii) deslocamento de pessoal (BRASIL, 2012).

Já o PPI consiste em um instrumento político com foco mais metodológico e filosófico, que orienta a vocação da instituição e as suas áreas de formação acadêmica, com o intuito de consolidar os objetivos propostos pela instituição, no PDI. Logo, tem ênfase na indissociabilidade do tripé universitário, que contempla atividades de ensino, pesquisa e extensão (HÉKIS, 2004; SOUZA, 2007). Para Haas (2010, p. 164) “o PPI, por sua vez, define a perspectiva científica e pedagógica formadora: políticas, normas e estímulos para o ensino, a pesquisa e a extensão em nível de graduação e pós-graduação”.

Com a finalidade de oferecer um ensino de qualidade, o PPC se apresenta como um instrumento que contempla as principais diretrizes, filosofias e pressupostos pedagógicos orientados pela instituição, com a finalidade de preparar o egresso para um campo de atuação específico (HAAS, 2010). Nesse sentido, cada curso desenvolve o seu próprio PPC, com o intuito de apontar qual o perfil formativo desejado, bem como o conteúdo programático a ser cursado, além dos procedimentos de avaliação e instrumentos normativos referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), estágio, atividades complementares, dentre outros.

Salienta-se que o PDI, PPI e o PPC são documentos de base, que direcionam as ações institucionais, mas não são os únicos instrumentos adotados com essa finalidade. Isso, porque, também há os planos ou projetos acadêmicos voltados as atividades de ensino, pesquisa e extensão, além dos documentos de gestão e do PLS. No âmbito das IES da esfera pública federal, cabe frisar que todos esses instrumentos são obrigatórios e precisam ser revisados periodicamente, para que se possa garantir uma formação de qualidade ao egresso. Por fim,

compreende-se que para uma IES se tornar sustentável, ela deve realizar mudanças em sua estrutura física, bem como inserir ações voltadas a sustentabilidade nos projetos de curso, nas atividades de gestão e junto à comunidade acadêmica (WACHHOLZ, 2014).

Ante ao exposto, destaca-se que todos os documentos de organização institucional apresentados aqui tem um papel importante em favor do DS e da promoção da EDS. Isso, porque, é por meio desses instrumentos que as IES apontam quais suas metas, planos e projetos institucionais. Logo, ao considerar as IES como entes responsáveis pela formação dos indivíduos e produção de conhecimentos técnico-científicos, o registro documental sobre as metas e ações voltadas a EDS torna-se relevante para garantir a sustentabilidade.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente estudo coube definir algumas estratégias de pesquisa, de modo a trazer um respaldo científico adequado para a compreensão do fenômeno estudado. Nesse sentido, o plano, roteiro ou estratégia de pesquisa adotado para a realização da presente pesquisa perpassa por uma série de classificações ou enquadramentos metodológicos, com a finalidade de orientar o pesquisador e o leitor sobre as escolhas realizadas. Ante ao exposto, a pesquisa adota a estratégia documental e diagnóstica, quando se trata da avaliação da previsão teórica ou prática da EDS, nos documentos de organização institucional.

A estratégia documental faz-se necessária, em razão da necessidade de conhecer se existe alguma previsão institucional quanto a adoção da EDS como uma ação capaz de promover o DS. Para tanto, a leitura atenta, cuidadosa e sistematizada dos documentos de organização institucional (PDI, PLS, PPI, PPC), da UFRN, se mostra importante, tendo em vista que esses são instrumentos de fonte secundária essenciais para compreender quais as perspectivas formativas da instituição e do curso objeto de estudo. Para Flick (2009), os estudos documentais se valem de evidências já discutidas e publicizadas nos meios de comunicação e que requerem um olhar aguçado para se compreender o fenômeno.

Compreendendo do que trata a pesquisa documental, destaca-se que o estudo também tem marcas da avaliação de diagnóstico, uma vez que se firma na ideia de explorar o ambiente de estudo. Segundo Martins e Theóphilo (2007), a pesquisa de diagnóstico é útil quando se explora um ambiente com a finalidade de mapear algo, o que no caso diz respeito a inserção da EDS no processo de formação do Administrador, em nível de graduação (campus Natal e Currais Novos) e pós-graduação (mestrado e doutorado, campus Natal). Com isso, espera-se ter uma avaliação completa a respeito do que a instituição prevê para a promoção da EDS.

O processo de coleta de dados observa o uso de um *checklist*, que objetiva subsidiar a coleta de dados secundários junto aos documentos de organização institucional, com vias a identificar termos relacionados a EDS e suas áreas prioritárias. O uso do *checklist* como instrumento de coleta de dados é interessante quando se objetiva identificar a menção a termos, palavras ou expressões que possam garantir a validação do estudo ou o conhecimento prévio sobre uma discussão. Esse instrumento foi utilizado com vias a coletar dados dos documentos de organização institucional e considerou-se “1” quando observada a palavra ou expressão indicativa de EDS e áreas prioritárias e “0”, quando não se observava nada a respeito da temática, de modo a subsidiar a construção de um índice de informação sobre EDS.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com o intuito de avaliar se os documentos de organização institucional apresentam alguma previsão teórica e prática sobre a questão da “Educação para o desenvolvimento sustentável”, realizou-se uma análise sistemática do PDI, PPI, PLS e PPC. Nesse sentido, ao se avaliar as 17 metas da EDS, os dados apontam que todos os documentos tratam sobre os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 e 4, ou seja, abordam elementos relacionados a questão do fornecimento de “saúde de qualidade” e “educação de qualidade”, como ilustrado na Tabela 1. Considerando os aspectos mencionados e a finalidade de cada documento analisado, era esperada a menção de todos os ODS, em especial no PLS, como de fato ocorreu, por esse documento ter o papel de traçar quais as ações ou práticas de sustentabilidade a instituição deve seguir.

Tabela 1 – Metas e objetivos da EDS nos documentos de organização institucional

Metas e objetivos	PDI	PLS	PPC*	PPI
Construir um mundo mais justo e sustentável	1	1	1	1
ODS 1 - Erradicar a pobreza	0	1	0	0
ODS 2 - Erradicar a fome	0	1	0	0
ODS 3 - Saúde de qualidade	1	1	3	1
ODS 4 - Educação de qualidade	1	1	3	1
ODS 5 - Igualdade de gênero	0	1	1	0
ODS 6 - Água potável e saneamento	1	1	2	0
ODS 7 - Energias renováveis e acessíveis	1	1	0	0
ODS 8 - Trabalho digno e crescimento econômico	1	1	3	1
ODS 9 - Indústria, inovação e infraestruturas	0	1	0	0
ODS 10 - Reduzir desigualdades	1	1	1	1
ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	0	1	1	0
ODS 12 - Produção e consumo sustentáveis	0	1	2	0
ODS 13 - Ações climáticas	0	1	0	0
ODS 14 - Proteger a vida marinha	0	1	0	0
ODS 15 - Proteger a vida terrestre	0	1	0	0
ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	0	1	0	0
ODS 17 - Parcerias para a implementação dos objetivos do DS	0	1	0	0
Total	7	18	17	5

* PPC da graduação em Natal, PPC da graduação em Currais Novos, PPC da pós-graduação *stricto sensu*.
Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Entre os demais documentos, esperava-se que o PDI pudesse contemplar questões relacionadas a “igualdade de gênero”, “indústria, inovação e infraestruturas”, “produção e consumo sustentáveis”, “ações climáticas”, “paz, justiça e instituições eficazes”, em razão desse documento ser estratégico para indicar qual a programação institucional. Com relação ao PPI, por ter o papel de apontar qual o papel filosófico e vocacional da instituição, era esperado que ele também abordasse sobre “paz, justiça, e instituições eficazes” e “parcerias para a implementação dos objetivos do DS”. Já dos PPC’s, embora sejam documentos direcionados a formação acadêmica e profissional dos discentes, na área de negócios, era esperado que ele citasse algo a respeito da “indústria, inovação e infraestruturas”

Ao analisar o PDI observou-se que a UFRN trata os ODS de número 4, 8 e 10 como metas essenciais a serem atendidas no período de sua vigência, 2020 a 2029. Isso mostra o foco da instituição em oferecer uma educação de qualidade, respaldada em um trabalho digno, capaz de fomentar o crescimento econômico e reduzir as desigualdades. Ao ler mais atentamente o documento, também se nota certa preocupação da instituição em promover ações voltadas ao atendimento dos ODS 3, 6 e 7. No entanto, em razão desse documento ter o papel de indicar qual a missão e diretrizes institucionais (BRASIL, 2004), era esperado que todos os ODS fossem apontados como metas da UFRN.

A leitura atenta do PLS revelou que todos os ODS são mencionados, seja como uma meta a ser atingida ou um indicativo do que pode ser feito em favor da sustentabilidade, considerando o período de vigência de 2021 a 2023. Nesse interim, considerando o propósito desse documento, que consiste em indicar quais as ações ou práticas a instituição pode adotar para se tornar mais sustentável (FRANCO *et al.*, 2017), realmente era esperado que tais objetivos fossem abordados como metas institucionais. Ademais, considerando o período de vigência, compreende-se que sua efetivação pode se tornar inviável se não forem traçados planos capazes de tornar essas metas contínuas.

Avaliando as disciplinas que fazem parte da matriz curricular de cada um dos cursos em estudo, destaca-se que as metas da EDS são abordadas, mesmo que de forma sutil, na ementa dos componentes curriculares listados no PPC. Nesse sentido, o PPC do curso de graduação, oferecido no campus de Currais Novos, aborda sobre essas metas no componente curricular de “Gestão ambiental e responsabilidade social”. Já o PPC do curso ofertado em Natal pulveriza essa discussão em três componentes distintos: “Empreendedorismo”, “Gestão do conhecimento” e “Responsabilidade socioambiental”.

O PPC da pós-graduação, que é compartilhado entre os cursos em nível de mestrado e doutorado, e chamam a atenção por abordar essas metas nos componentes de “Avaliação de políticas em educação”, “Avaliação de políticas de saneamento” e “Fundamentos da gestão social”. Tudo isso era esperado, tendo em vista que o PPC deve indicar como a instituição deseja formar seus discentes para a atuação profissional, assim como apresentar quais as diretrizes, filosofias e pressupostos pedagógicos (HASS, 2010). Além dos componentes listados, os ODS também são abordados no componente curricular de “Seminário em avaliação de políticas”, oferecido aos cursos de pós-graduação e isso revela que embora de forma generalista e superficial, a pós-graduação vem discutindo alguns pontos relacionados os ODS.

Em relação ao PPI, observa-se que esse documento apresenta poucos ODS e a questão da sustentabilidade é abordada de forma sutil, relacionada apenas a questão do fortalecimento da pesquisa institucional. Nesse contexto, destaca-se que o PPI se configura como um documento que norteia a estrutura pedagógica da instituição, contemplando questões relacionadas ao tripé formativo, ou seja, ensino, pesquisa e extensão. Diante disso, era esperado que o documento contemplasse os demais ODS, em razão dele possibilitar uma visão transversal e interdisciplinar do processo de ensino e aprendizagem.

No que concerne as dimensões da EDS, os dados indicam que a variável “comportamental da aprendizagem” é tratada apenas no PDI, como ilustrado na Tabela 2. No entanto, em razão de sua amplitude era esperado que essa dimensão fosse contemplada nos demais documentos de organização institucional, em especial no PPI e PPC’s. Isso, porque, tudo que contempla o processo formativo, em especial a questão da aprendizagem, deve ser tratado com cautela nos referidos documentos de organização institucional (HAAS, 2010).

Tabela 2 – Dimensões da EDS nos documentos de organização institucional

Dimensões	PDI	PLS	PPC*	PPI
Cognitiva de aprendizagem	0	1	1	0
Social e emocional da aprendizagem	1	0	1	1
Comportamental da aprendizagem	1	0	0	0
Total	2	1	2	1

* PPC da graduação em Natal, PPC da graduação em Currais Novos, PPC da pós-graduação *stricto sensu*.
Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O PLS e os PPC’s são os únicos documentos que abordam a questão “cognitiva de aprendizagem”. Isso, porque, o PLS tem o papel de apontar quais práticas de sustentabilidade

a instituição deseja adotar e o PPC expressam quais as práticas de ensino, pesquisa e extensão o curso deve imprimir nos discentes, com vias a possibilitar a formação de um indivíduo com senso crítico. Na leitura dos PPC's, observou-se que os componentes curriculares contidos no PPC do curso de graduação em Natal abordam sobre a dimensão “social e emocional da aprendizagem”, nos componentes curriculares de “Empreendedorismo”, “Gestão do conhecimento”, “Responsabilidade socioambiental” e “Governança e inovação na gestão pública”. Já o PPC do curso ofertado em Currais Novos aborda sobre a dimensão “cognitiva de aprendizagem”, inerente a EDS, no componente curricular de “Gestão ambiental e responsabilidade social”.

O PDI e PPI contemplam elementos relacionados a dimensão “social e emocional da aprendizagem”. Essa dimensão da EDS foca na avaliação sobre como cada discente desenvolve sua capacidade em relacionar o conteúdo aprendido em sala (ensino) ou nas atividades executadas (pesquisa, extensão) durante o curso, de modo a formar senso socioemocional. Ademais, cabe lembrar que os referidos documentos têm o papel de nortear a instituição sobre como desenvolver suas atividades em favor da formação de indivíduos aptos a atuar em seu campo de aprendizagem.

Em relação as áreas prioritárias da EDS, constata-se que a “capacitação e mobilização dos educadores” é contemplado no PDI, PLS e PPI, conforme expressa na Tabela 3. No entanto, cabe destacar que a menção das demais áreas prioritárias também eram esperadas em todos os documentos de organização institucional, haja vista que a “transformação dos ambientes de aprendizagem”, assim como o “avanço de políticas”, “desenvolvimento de capacidades dos educadores” e “aceleração as ações a nível local”, devem estar previstas não só como ações da instituição, mas como fatores determinantes para o processo formativo dos discentes. Isso, porque, a instituição tem o papel de capacitar e formar indivíduos não só para a resolução de problemas do dia a dia, mas a ter condições também de se antecipar as demandas do ambiente, de forma crítica e analítica (HUCKLE, 2014).

Tabela 3 – Áreas prioritárias da EDS nos documentos de organização institucional

Áreas prioritárias	PDI	PLS	PPC*	PPI
Avanço das políticas	0	1	3	0
Transformação dos ambientes de aprendizagem	0	0	0	1
Desenvolvimento de capacidades dos educadores	1	1	0	1
Capacitação e mobilização da juventude	1	1	1	1
Aceleração das ações a nível local	0	1	2	1
Total	2	4	6	4

* PPC da graduação em Natal, PPC da graduação em Currais Novos, PPC da pós-graduação *stricto sensu*.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Analisando os documentos de organização institucional, nota-se que o PDI trata sobre o “desenvolvimento de capacidades dos educadores” e a “capacitação e mobilização da juventude”, de forma especial. Isso se justifica pelo papel desse documento no processo de organização institucional, haja vista que possui em sua gênese o propósito de cuidar da capacitação de seus docentes para o fazer formativo. Ademais, como aponta Cunha (2011), é no ambiente universitário que se espera formar indivíduos críticos e aptos ao exercício profissional, o que só é possível se quem o instrui está devidamente preparado para essa função.

O PLS só não trata sobre a questão da “transformação dos ambientes de aprendizagem”. E, embora fosse interessante abordar esse aspecto no referido documento, compreende-se que ele está mais direcionado aos aspectos globais de transformação dos ambientes de vivência e não a questão do ensino-aprendizagem em si. Ademais, salienta-se

que esse tipo de transformação só é possível quando todas as partes, ou seja, instituição, docentes, discentes e técnicos administrativos, estão de fato envolvidos com o processo de ensino, pesquisa e extensão (ALENCAR, 2011).

A avaliação dos PPC's aponta que nenhum deles aborda todas as áreas prioritárias previstas para a discussão da EDS, mas no PPC do curso ofertado em Natal, a questão do "avanço das políticas", "capacitação e mobilização da juventude" e "aceleração das ações a nível local" são tratados nos componentes de "Empreendedorismo", "Condições de trabalho e saúde do trabalhador", "Diversidade e processo de inclusão nas organizações", "Gestão do conhecimento", "Gestão de empreendimentos econômicos solidários" e "Direitos humanos, diversidade cultural e relações étnico-raciais". O PPC do curso ofertado em Currais Novos refere-se apenas sobre a questão da "aceleração das ações a nível local", especificamente no componente curricular de "Gestão ambiental e responsabilidade social". Quando se trata da pós-graduação, o estudo aponta a discussão sobre as áreas prioritárias relacionadas ao "avanço das políticas" e "aceleração das ações a nível local", nos componentes curriculares de "Avaliação de políticas em educação", "Avaliação de políticas em saneamento" e "Seminários em avaliação de políticas".

No que concerne ao PPI, percebe-se que não é dada atenção especial ao "avanço das políticas", como área prioritária. No entanto, salienta-se que esse documento tem um papel essencial na definição das perspectivas científicas e pedagógicas da instituição, como aponta Haas (2010). Ademais, a ausência de informações relacionadas a essa área, sugere que a instituição não esteja tão preocupada com a questão da construção e evolução da sustentabilidade junto a sociedade.

Em linhas gerais, destaca-se que o PPC do curso de graduação em Administração, ofertados em Natal e Currais Novos são distintos e que esse último carece de atualização, haja vista que sua vigência data do ano de 2011, e ainda não contempla as discussões mais atuais sobre EDS e os ODS. Ademais, nota-se também que ambos os cursos, precisam se adequar as mudanças trazidas com a Resolução nº 5/2021, do MEC, que trata sobre as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), para os cursos de graduação em Administração, além de abordarem a temática da EDS. Isso revela que carecem de ajuste e maior aproximação com o que é traçado como essencial para a formação de cidadãos atentos as questões da sustentabilidade e as demandas do ambiente.

Os demais documentos de organização institucional que foram analisados, revelam que a discussão e as práticas relacionadas a EDS e ODS ainda carecem de cuidado e atenção. Apesar do PLS apontar quais os planos ou programas institucionais devem ser colocados em prática, em favor da sustentabilidade, esse documento ainda precisa esclarecer como essas atividades se desenvolvem ou são ajustadas ao longo do tempo, para de fato promoverem a sustentabilidade. Ademais, compreende-se que se as áreas prioritárias, bem como as metas e ODS se estiverem entre as políticas institucionais abordadas no PDI e PPI, os cursos de graduação em Administração, assim como os demais, tendem a se orientar a como colocar a EDS como uma atividade permanente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo objetivou investigar qual a percepção dos docentes e discentes da área de Administração sobre a temática "Educação para o desenvolvimento sustentável". Para tanto coube proceder com a análise dos documentos de organização institucional, para averiguar questões relacionadas a ODS e EDS. Com a avaliação dos documentos, os dados apontam que há uma leve preocupação com a temática, com tímidas discussões no PDI e PPI, quando se refere a EDS.

Os 17 ODS são citados no PLS mesmo que de forma tímida e os PPC's abordam poucas questões relacionadas a temática, o que pode ser justificado em função das especificidades de cada um desses documentos. No entanto, cabe frisar que o marco temporal dos PPC's também pode ser um determinante sobre a não inclusão das prerrogativas da EDS e do DS no processo formativo dos discentes, haja vista que o do curso de graduação em Currais Novos (2009) e o de Natal (2017). Ademais, como a temática não está no escopo e nem entre as linhas de pesquisa da pós-graduação, compreende-se que a discussão tende a ser superficial.

A pesquisa aponta que a formação oferecida pelos cursos de graduação e pós-graduação em Administração da UFRN abordam a temática da sustentabilidade de maneira sutil e que a demanda formativa não adota dos preceitos da EDS. Com isso, pressupõe que embora os cursos tratem, de algum modo, sobre a questão da sustentabilidade nas dimensões ambiental, social e econômica, ele carece de um maior aprofundamento, para que promova a construção de um perfil profissional capaz de lidar com o ambiente natural. Com a análise dos documentos de organização institucional, nota-se que a discussão ainda é incipiente, embora a UFRN mantenha um PLS e ações ativas com foco na sustentabilidade, bem como aborde sobre algumas das áreas prioritárias da EDS no PDI.

Os dados também indicam que para se conhecer melhor o fenômeno é importante fazer uso de fontes diversas de informações, o que foi possível com a análise dos documentos de organização institucional. Ademais, revela a necessidade de se ampliar e formalizar a discussão sobre EDS, na instituição e nos cursos sob análise, no sentido de torná-la mais efetiva e adequada as demandas da sociedade, que desejam a inserção de profissionais devidamente capacitados para desenvolver uma atuação ambiental, social e econômica mais eficaz e responsável. Outro ponto importante, diz respeito a necessidade de adequação do PPC as DCN, considerando o conteúdo da Resolução nº 5, de 14 de outubro de 2021. Logo, considerando que as discussões sobre sustentabilidade podem se tornar um diferencial competitivo, os conteúdos oferecidos em nível de graduação e pós-graduação precisam ser repensados, se houver o desejo de inserir os elementos da EDS, na formação do Administrador.

Por fim, considerando que os docentes são os responsáveis por trabalhar na construção da maioria dos documentos de organização institucional (PDI, PPI, PLS, PPC), compreende-se que eles precisam ter o mínimo de familiaridade com esses documentos. Logo, as informações coletadas a partir dos docentes e discentes pode ser útil para investigar sobre como a temática é efetivamente abordada pela instituição e, mais precisamente, pelos cursos de graduação e pós-graduação em Administração da UFRN, bem como de outros cursos e instituições.

REFERENCIAS

- ALENCAR, E. R. P. **Ensino superior no Brasil: entre o estado e o mercado**. 2011. 217 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BARRETO, L. F. B. P. **Análise de políticas públicas para educação superior no Brasil: uma aplicação de dinâmica de sistemas**. 2017. 184 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- BERTOLDI, W. J. **Processo de implantação do Plano Institucional de Desenvolvimento Integrado na Universidade do Contestado/UnC**. 2006. 87 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BILERT, V. S. S.; LINGNAU, R.; OLIVEIRA, M. R. A educação ambiental nas universidades públicas estaduais do Paraná: uma análise a partir dos documentos institucionais. **Revista Monografias Ambientais – REMOA**, v.13, n.4, p. 3444-3452, set-dez. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 7.746**, de 05 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7746.htm. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.746**, de 05 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7746.htm. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm . Acesso em: 16 jul. 2021.

CARDOSO, W. M. **O impacto do plano de desenvolvimento institucional na profissionalização das instituições privadas de ensino superior**. 2006. 66 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pós-Graduação em Administração das Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, da Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2006.

CUNHA, M. R. **Gestão estratégica de IES: modelos e funções do planejamento estratégico em universidades públicas e privadas de Palmas – Tocantins**. 2011. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal, 2011.

FARIAS, L. C.; COELHO, A. L. A. L.; COELHO, C. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e educação para a sustentabilidade: análise das concepções de sustentabilidade de estudantes de administração em uma instituição pública superior. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 20, n. 3, p. 796-836, set./dez. 2019.

FRANCISCO, T. H. A. *et al.* A contribuição do PDI nas atividades de planejamento e gestão das instituições de educação superior. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 5, n. 3, p. 81-107, dez. 2012.

FRANCO, S. C. *et al.* Plano de gestão de logística sustentável e seus indicadores: O conteúdo mínimo de divulgação, conscientização e capacitação nas universidades federais brasileiras. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 10, n. 4, p. 204-226, out. 2017.

HAAS, C. M. Projetos pedagógicos nas instituições de educação superior: aspectos legais na gestão acadêmica. **RBPPE**, v. 26, n. 1, p. 151-171, jan./abr. 2010.

HÉKIS, H. R. **Balanced scorecard: proposta de indicadores para monitorar e avaliar projetos pedagógicos dos cursos de graduação: o caso da Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção – Gestão de Negócios). 2004. 221fl. – Programa de Pós- Graduação em Engenharia da Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. 2004.

HUCKLE, J. Realizing sustainability in changing times. In: HUCKLE, J; STERLING, S. (Ed.). **Education for Sustainability**. Sterling, VA: Earthscan, 2014.

LIMA, G. C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, v. 6, n. 2, p. 99-119, 2003.

- MACHADO, D. Q. et al. Quadro de Análise da Sustentabilidade para Instituições de Ensino Superior: Aplicação em um Estudo de Caso. **Education Policy Analysis Archives**, v. 24, p. 1-25, 2016.
- MURIEL, R. **Plano de desenvolvimento institucional – PDI**: análise do processo de implantação. Brasil: Editora Hoper, 2006.
- RODRIGUES, G. M. Ensino privado: a qualidade e a imagem. In: COLOMBO, S. S.; RODRIGUES, G. M. (Orgs.), **Desafios da gestão universitária contemporânea**. Porto Alegre: Penso, 2011.
- SOUZA, J. C.V. **Gestão universitária em instituições particulares**: Os documentos institucionais como indicadores do modelo de gestão. Tese. 208 f. (Tese de Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação e currículo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2007.
- SOUZA, L. F. R.; RÊGO, T. F.; GIESTA-CABRAL, L. C. Características do portfólio bibliográfico sobre educação ambiental e educação para a sustentabilidade. **Organização e Sustentabilidade**, v. 7, n. 1, p. 102-118, jan./jun. 2019.
- TAUCHEN, J. **Um modelo de gestão ambiental para implantação em instituições de ensino superior**. 2007. 149 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – UPF, Faculdade De Engenharia e Arquitetura, Passo Fundo, 2007.
- TEIXEIRA, A. C. Educação ambiental: caminho para a sustentabilidade. **Revista brasileira de educação ambiental**, v. 2, n. 1, p. 23-31, 2007.
- TERMIGNONI, L. D. F. **Framework de sustentabilidade para instituições de ensino superior comunitárias**. 2012. 215 f. Dissertação (Mestrado em Administração e negócios) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- THOMAS, I; KYLE, L.; ALVAREZ, A. Educação Ambiental no Currículo Superior: um processo. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 5, n. 3, pág. 319-337, 1999.
- WACHHOLZ, Chalissa Beatriz. A sustentabilidade na universidade: o desafio da ambientalização na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. ANPESul, 10., out. 2014, Florianópolis. **Anais[...]**. Florianópolis, out. 2014.
- WRIGHT, T. A evolução das declarações de sustentabilidade no ensino superior. In: **O ensino superior e o desafio da sustentabilidade**. Springer, Dordrecht, 2004. p. 7-19.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. 3. ed., Porto Alegre: Artmed, 2009.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm . Acesso em: 16 jul. 2021.
- SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 2, p. 347-369, 2009.